

Devedor teimoso, credor tolerante

Orlandy Rubem Corrêa*

Nascendo já sob o guante de devedor, forçado que foi a assumir a dívida de Portugal em troca do reconhecimento da nossa independência, o Brasil viveu séculos no vermelho do balanço financeiro internacional.

Eis senão quando, com a guerra de 1939/1945, impedido de importar pela interrupção do comércio marítimo e ao mesmo tempo suprimindo os exércitos aliados, aos quais veio a se integrar, viu-se o Brasil com créditos de razoáveis montantes nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Em relação aos Estados Unidos não houve problema: restabelecidas as relações comerciais imediatamente após o encerramento do conflito — e, talvez ante a surpresa de, pela primeira vez, nos vermos no verde “vivo” do balanço financeiro internacional — nossos dirigentes permitiram um autêntico “carnaval” de importações superfluas, não faltando sequer o automóvel usado dos ferros-velhos americanos; e as preciosas reservas, que tão úteis poderiam ter sido à renovação do nosso parque industrial, já obsoleto, foram rapidamente consumidas.

Quanto à Inglaterra, todavia, o quadro era diferente, pois bloquearam nossos saldos e quase dois anos depois ainda discutíamos a possibilidade de utilizar nossos esterlinos. E o devedor — procurado pelo credor — mostrava-se intransigente, seguindo um plano protelatório que tinha co-

mo objetivo último reduzir o montante dos saldos devedores. A pressão para a efetivação do plano britânico se contém, resumida, no telegrama passado pelos nossos negociadores, em 6 de maio de 1947:

“Acabamos de sair do jantar dado pela Câmara de Comércio Brasileira do qual foi convidado de honra o ministro da Fazenda governo inglês, Hugh Dalton, ao qual compareceram cerca trezentas cinquenta pessoas, elementos do governo, política, indústria, comércio e jornalismo. Surpreendendo a todos ministros Hugh Dalton aproveitou esse jantar para fazer importante discurso dirigido ao mundo, segundo declarou. Iniciou fazendo elogiosas referências ao Brasil e sua eficiente cooperação nas duas guerras ao lado e Inglaterra e tradicional a m i z a d e a n g l o - brasileira. Aludiu em seguida ao caso das dívidas contraídas pela Inglaterra com diversas nações durante a guerra para declarar categoricamente, pela primeira vez, que a Inglaterra não pode nem seria justo pagar essas débitos e que os credores terão que fazer redução nesses débitos. Declarou mais que “essa pequena ilha não pode suportar o peso das dívidas que contraiu para salvar o mundo e que o governo inglês não tem direito sacrificar gerações futuras precisando reduzir esses débitos o mais cedo possível”. A assistência numerosa, entre a qual diversos representantes do Partido Conservador, aplaudiu

essa declaração do ministro da Fazenda inglês.

“É a primeira vez que Ministro Fazenda faz publicamente tal declaração em nome seu Governo, o que consideramos da mais alta gravidade. Terminado jantar, Ministro Dalton fez nosso Embaixador seguinte declaração: discurso que proferi se destina ao mundo e especialmente aos grandes credores Inglaterra, não se referindo ao caso do Brasil, com quem Inglaterra deseja ultimar, antes adotar medida que deliberou, acordo sobre congelados. Aconselhou então Brasil aceitar bases propostas Governo Inglês. Segundo as últimas declarações, Governo Inglês deseja liquidar parte seu débito para com Brasil mediante venda dos investimentos ingleses em serviços de utilidade pública no Brasil, como sejam estradas de ferro e serviços luz e bondes. Moniz de Aragão e José Vieira Machado” (os grifos são nossos).

Dois dias depois, nosso embaixador enviava a Dalton carta da qual destacamos os seguintes trechos:

“Os créditos do Brasil no Reino Unido não podem ser incluídos nem representam ‘dívidas de guerra’, de vez que foram constituídos, em sua maior parte, justamente após a terminação das hostilidades, quando se restabeleceu a normalidade das comunicações entre o meu e o seu país. Basta lembrar que, em cinco meses, de setembro de 1946 (quando foi assinado o acordo Bevin-João Neves) a março de 1947, esses saldos aumen-

taram de cerca de vinte milhões de esterlinos.

Para evitar a cessação das exportações de interesse da Grã-Bretanha, teve o Governo do Brasil de adquirir, por intermédio do Banco do Brasil, as libras por elas produzidas e aqui acumuladas, para o que foi forçado a fazer emissões de papel-moeda, que agravaram a inflação monetária no país, elevando o custo de vida a níveis insuportáveis, criando para o povo brasileiro tremendas dificuldades. Basta salientar que o vulto dos saldos esterlinos acumulados na Grã-Bretanha corresponde exatamente à quarta parte do meio circulante no Brasil, para Vossa Excelência avaliar o que isto representa para o meu país, nação nova, de economia incipiente”.

É isso aí: em abril de 1947 exatamente um quarto do meio circulante do Brasil estava representado por libras esterlinas congeladas! E a maior parte desse valor na base de um acerto provisório (Bevin-João Neves) que não funcionou, representando exportações após o término da guerra.

Nosso país não é, assim, apenas o *devedor teimoso* de hoje, como tenta mostrar-nos a imprensa internacional. Já foi também, em passado que provavelmente muitos dos negociadores ad- versos desconhecem, o *credor tolerante*, elogiado pela compreensão e transigência, capaz de admitir uma taxa de 1/2% ao ano quando se pagava 4%.

* Funcionário do Banco do Brasil aposentado.